

EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): DESAFIOS, BENEFÍCIOS E FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Karlyle Andreia França Abalem¹

RESUMO

Este artigo compreende a Educação Física escolar como disciplina potencial para auxiliar na inclusão e no desenvolvimento de crianças com o Transtorno do Espectro Autista inseridas no ensino regular, apresenta a definição sobre o TEA, demonstrando os desafios encontrados para o desenvolvimento e aprendizado do aluno com TEA e destacando os benefícios que as aulas de Educação Física agregam no desenvolvimento deste aluno. Contribuindo assim para a formação e atuação do Professor de Educação Física que poderá trabalhar com a inclusão de alunos com TEA no Ensino Regular. Para a realização desta pesquisa foi desenvolvido um estudo bibliográfico sendo a maior parte dos materiais coletados provenientes de materiais impressos. Por meio da elaboração deste trabalho considera-se que os alunos com TEA possuem maior dificuldade para interagir socialmente e apresentam déficit relacionado à coordenação motora. E concluiu-se que a inserção das crianças com TEA no Ensino Regular é benéfica, pois, de acordo com a proposta escolar e atuação do professor, pode-se proporcionar maior independência aos alunos, para que estes possam atuar na sociedade.

Palavras-chave: Educação Física. Inclusão Escolar. Espectro Autista. Formação do Professor.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva inserida nas aulas de Educação Física do Ensino Regular, é um tema que ainda gera dúvidas relacionadas à efetiva aplicação desta prática. Pois com a implementação da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, as escolas de Ensino Regular passaram a ofertar matrículas para alunos com Deficiência e Necessidades Especiais. Sendo assim, a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista nas aulas de Educação Física ainda é um desafio para muitos professores.

A inclusão dos alunos com Deficiências, Síndromes e Transtornos está presente nas escolas de Ensino Regular e envolve todos os aspectos da educação, surgindo assim, a necessidade de abordar o tema também diante da disciplina de Educação Física, pois:

A concepção da Educação Especial nesta perspectiva de Educação Inclusiva busca superar a visão do caráter substitutivo da Educação Especial ao ensino comum, bem como a organização de espaços educacionais separados para alunos com deficiência. (BRASIL, 2013 p.299).

¹ Graduada em Pedagogia (Universidade Estadual do Paraná/ Paranaguá-Pr). Especialista em Educação Especial (Instituto Superior do Litoral do Paraná/[Paranaguá-PR](#)). E-mail: kaabalem@gmail.com.

Portanto, para que a Educação Inclusiva supere os antigos pilares em que estava apoiada a Educação Especial, faz-se necessária a reflexão sobre os conceitos da inclusão, bem como as transformações que realizadas nas práticas escolares possibilitem a efetividade desta proposta.

A pesquisa traz como questionamento central “De que maneira a disciplina de Educação Física pode auxiliar na inclusão e no desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) inseridas no Ensino Regular?”.

Sendo traçados os seguintes objetivos: Apresentar os conceitos sobre Inclusão e Transtorno do Espectro Autista; descrever os desafios e os benefícios encontrados nas aulas de Educação Física para os alunos com TEA; refletir sobre a formação e atuação do professor de Educação Física na prática inclusiva. Contribuindo assim, para a formação e atuação de Professores de Educação Física que poderão trabalhar com a inclusão de alunos com TEA.

As pesquisas e debates realizados acerca da educação inclusiva apresentam a importância da sua aplicabilidade para o progresso de nossa sociedade. Pois historicamente, as pessoas que possuíam deficiência, em alguma área, foram marginalizadas e excluídas. Devido a esse fato, ao longo dos anos, foram realizados debates, conferências e estudos a fim de possibilitar a essas pessoas a sua inclusão na sociedade.

Sendo assim, a partir de 1990 a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares passa a ser discutida por profissionais, governantes, familiares e pesquisadores, a fim de oferecer a esses alunos o acesso à escola, ao conhecimento e à educação de qualidade.

Em tempos em que a garantia dos direitos humanos básicos constitui o pilar de sustentação e organização da sociedade democrática, cabe aos professores lançarem-se ao enfrentamento desse desafio pelo estudo, pela análise crítica da realidade, pela apropriação de conhecimentos teóricos, legais e metodológicos que contribuirão para que seus alunos com deficiência não sejam discriminados em sala de aula, em função das diferenças físicas, sensoriais e/ou intelectuais que apresentam. (FERNANDES, 2011, p.18).

Ao acrescentar os alunos com deficiência na escola regular, a realização de adaptações foi necessária, tanto no ambiente físico, como no currículo educacional e na formação dos professores.

Mas no que se refere à inclusão desses alunos nas aulas de Educação Física do ensino regular, ainda existem dúvidas e questionamentos, por parte dos profissionais atuantes nesta área, pois as aulas de Educação Física ocorrem em períodos menores, fazendo com que o

professor não tenha tanto contato com o aluno, como o professor regente da turma. Também, o professor de Educação Física atende várias turmas e conseqüentemente, alunos que possuem deficiências variadas e assim as indagações sobre como trabalhar com a inclusão nas aulas de Educação Física surgem. De acordo com Andrade (2013) a Educação Física é um campo privilegiado de experimentação, de inovação e de melhoria da qualidade pedagógica escolar, mas para que isso ocorra de fato seria necessária uma organização escolar com novos princípios.

A pesquisa é constituída por subsídios bibliográficos a fim de apresentar os fundamentos teóricos que orientam a educação inclusiva; para tanto, pretende-se utilizar documentos impressos e disponíveis nos bancos de dados virtuais elaborados por outros pesquisadores, caracterizando assim, a pesquisa como bibliográfica. De acordo com Severino (2007) a pesquisa bibliográfica é realizada a partir dos registros já disponíveis e o pesquisador trabalha a partir das contribuições dos estudos dos autores.

O artigo apresenta a seguinte organização: Conceituação sobre Inclusão e Transtorno do Espectro Autista, desafios e benefícios da Educação Física para alunos com TEA, formação e importância do professor de Educação Física na perspectiva da Educação Inclusiva, sendo finalizado com as considerações finais e as referências utilizadas.

2. CONCEITUANDO

2.1. INCLUSÃO

As discussões sobre a inclusão das pessoas com deficiência em nossa sociedade ainda são recentes, principalmente relacionadas ao campo educacional. Pois até o século XVI não havia a preocupação de inserir as pessoas com deficiência na sociedade, e só a partir da década de noventa é que a Educação Especial para atender aos deficientes passa a ser pensada.

Inicialmente a Educação Especial era ofertada em ambientes diferenciados das Escolas Regulares, portanto não permitia o contato entre os alunos da Escola Regular e os alunos das Escolas de Educação Especial. Com o desenvolvimento e as novas necessidades da sociedade, a Educação Especial passou a ser ofertada nas escolas de Ensino Regular, porém os alunos frequentavam classes diferenciadas, portando, ainda não havia interação entre os alunos com deficiência e os demais estudantes.

A partir de 2006 com a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os direitos das pessoas com deficiência, é que a Educação Especial passa a ser respaldada pela concepção de inclusão. Gerando mudanças no conceito de deficiência, que até então era compreendido como obstáculo para a integração social entre as pessoas.

Com o novo conceito de deficiência, que considera a pessoa portadora como aquela capaz de ser incluída na sociedade, desde que a sociedade favoreça essa inclusão, criando meios para que essa prática se realize, novas medidas foram tomadas a fim de efetivar a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.

Assim, neste novo paradigma, compete a sociedade promover as condições de acessibilidade necessária a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida (Dutra e Santos, 2010).

A Educação Especial no contexto da Educação Inclusiva é concebida como uma forma de atendimento integrada à educação básica e superior. Acompanhando o aluno desde a Educação Infantil, em escolas regulares com ambientes capazes de promover a inclusão. Deste modo, a Educação Especial vem colaborar com o desenvolvimento do aluno por meio de recursos e serviços especializados promovendo o acesso e a permanência desse no ensino regular, já o ambiente da escola regular colabora para o desenvolvimento da aprendizagem a partir da interação do aluno com deficiência com os demais.

A inclusão de pessoas com deficiência é garantida pela Lei 13.146 de Julho de 2015, constituindo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, destinando-se a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para as pessoas com deficiência, visando sua cidadania e inclusão social.

De acordo com o capítulo IV da Lei 13.146/2015, a educação constitui direito da pessoa com deficiência, sendo garantido o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, a fim de alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Para isso, o poder público assegura o aprimoramento dos sistemas educacionais, a oferta do profissional de apoio escolar, a formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado e a adoção de práticas pedagógicas inclusivas, visando o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem do educando.

O poder público também assegura à pessoa com deficiência a sua participação em jogos e atividades recreativas, esportivas, de lazer, culturais e artísticas, inclusive no sistema

escolar, em igualdade de condições com as demais pessoas, fornecendo instrução, treinamento e recursos adequados, adotando soluções para a promoção de acesso a todo patrimônio cultural.

Sendo assim, é possível observar a preocupação e o comprometimento do poder público em assegurar as pessoas com deficiência o direito à Educação e o acesso ao Esporte e Lazer, adotando medidas e fiscalizando-as, a fim de que tais direitos sejam efetivados.

A Escola como instituição inclusiva tem por compromisso uma práxis voltada a qualidade de uma formação integral do aluno, oferecendo conhecimentos que colaborem na análise e na reflexão sobre a realidade em que estamos inseridos, de maneira a contribuir para a formação sólida de uma sociedade que supere definitivamente as desigualdades sociais. Para isso, é necessário repensar as práticas executadas, pois nessa concepção, a prática pedagógica deve atribuir-se as diferenças dos alunos, por meio de uma nova organização de modelo escolar que possibilite aprendizagens diversificadas.

2.2. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O Transtorno Do Espectro Autista (TEA) como conhecemos atualmente, teve seus primeiros estudos em 1940 com o trabalho do psiquiatra infantil Leo Kanner, que publicou um artigo descrevendo um novo transtorno, o autismo infantil. De acordo com seus estudos, Leo Kanner afirmou que as principais características do autismo envolviam a incapacidade de se relacionar com as pessoas, resistência as mudanças, falha na utilização da linguagem para fins de comunicação social, falta de resposta ao ambiente, preferência por objetos à pessoa, boas capacidades cognitivas intelectuais, rígida ligação a rotina, tumulto emocional em situações perturbadoras e linguagem incomum. (WHITMAN, 2015)

Hoje em dia, sabemos que o TEA é uma síndrome complexa, que vem ganhando espaço nas mídias sociais, despertando o interesse de inúmeros pesquisadores, que realizam estudos sobre sua origem e possibilidades de tratamento, a fim de colaborar com o desenvolvimento da pessoa com TEA. Sabemos também que há diferentes características entre os grupos de pessoas autistas, sendo necessária a realização de uma avaliação médica por uma equipe multifacetada para conceber um diagnóstico.

De acordo com a Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012, que dispõe sobre os Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, é considerada pessoa com Transtorno do Espectro Autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada da seguinte forma:

- I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;
- II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. (BRASIL, 2012).

Para se classificar a pessoa como autista, são utilizados os critérios de diagnóstico segundo o *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, quarta edição* (DSM-IV), sendo que a pessoa deve manifestar, antes dos três anos de idade, pelo menos seis sintomas apresentados no DSM-IV.

A seguir estão alguns critérios de diagnóstico do DSM-IV para Transtorno Autista, segundo Whitman (2015).

- Prejuízos da interação social: perda significativa na utilização de comportamentos não verbais (contato visual direto, expressão facial, postura corporal e sinais de interação social); incapacidade de estabelecer relação social com seus pares; falta de desejo espontâneo em compartilhar situações agradáveis, interesses ou conquistas pessoais; falta de reciprocidade social e emocional.
- Prejuízos da comunicação qualitativa: atraso ou ausência da linguagem falada, ou comunicação alternativa (gestos); dificuldade para iniciar ou manter conversa com fala adequada; uso de linguagem específica, ou estereotipada e repetitiva; ausência de brincadeiras de imitação social ou “faz de conta”.
- Interesses, atividades e padrões repetitivos, limitados e estereotipados de comportamento: movimentos motores repetitivos e estereotipados, como balançar o corpo e abanar as mãos; atenção insistente com partes específicas de objetos; relação rigorosa com a rotina; interesses, com foco e intensidade, estereotipados e limitados.

A pessoa com TEA também apresenta características específicas, que modelam seu comportamento, porém, com o auxílio dos programas de intervenção precoce, essas características podem ser exercitadas, colaborando para uma melhor relação entre a pessoa autista e o ambiente social. Dentre as características frequentemente associadas ao autismo, destacaremos as de domínio sensorial, motor, cognitivo, linguagem e interação social.

- Sensorial: Hipersensibilidade, hipossensibilidade, evitação ou busca sensorial;
- Motor: atraso no desenvolvimento motor, dificuldade com coordenação motora fina e grossa, baixo tônus motor, falta de destreza;
- Cognitivo: dificuldade de atenção, pensamento concreto, falta de brincadeiras de “faz de conta”, empecilhos na solução de problemas;
- Linguagem: inversão de pronomes, ecolalia, fraca compreensão de leitura e fala coloquial, uso de linguagem específica, deficiências na linguagem expressiva e receptiva.
- Interação social: Fraco contato visual, falta de imitação, baixa iniciativa de interação social, falta de empatia, tendência a isolar-se, baixo uso de gestos sociais.

3. DESAFIOS E BENEFÍCIOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Como vimos anteriormente é direito da pessoa com autismo que ela seja inserida e participe dos ambientes sociais, tenha acesso à educação e atividades culturais e de lazer. Portanto participar e vivenciar experiências durante as aulas de Educação Física, dentro do ensino regular, além de um direito do aluno autista, é uma oportunidade para que ele desenvolva suas competências, interaja com o grupo de maneira dinâmica e usufrua de diferentes práticas.

Habitualmente, as aulas de Educação Física geram animação, agitação e entusiasmo entre as crianças, pois é um momento onde podem se movimentar com maior liberdade, deslocar-se para um ambiente externo a sala de aula e comunicar-se com seus pares sem tanta limitação.

Consequentemente, essas características, das aulas de Educação Física, podem ser desafiadoras para alunos com TEA, já que estes podem apresentar dificuldade em interagir com outras pessoas, complexidade na sua comunicação, apego à rotina, deficiências motoras e recusa a contato físico. Como também, podem ser desafiadoras para os professores da disciplina de Educação Física que atuam com alunos autistas, mesmo que o aluno tenha um professor de apoio o acompanhando durante as aulas, pois cabe ao professor da disciplina, planejar os conteúdos e as aulas de maneira com que os alunos aprendam e se desenvolvam.

Logo, práticas que permitam a inclusão, o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos devem subsidiar as aulas.

Considerando que a aprendizagem é um processo interno que ocorre ao longo do tempo e uma evolução complexa, pois envolve a pessoa em todas as suas dimensões, afetiva, cognitiva e psicossocial, faz-se necessário pensar como ocorre o processo de aprendizagem das crianças, contemplando sua faixa etária e seu nível desenvolvimento, para que os conteúdos possam ser abordados de modo que gere o aprendizado e as aulas alcancem seus objetivos.

De acordo com Wajnsztein (2010), o professor deve conhecer a maneira como seus alunos aprendem para poder ensiná-los, pois assim poderá fazer um bom processo identificatório das classes e perceber interesses, habilidades e modelos de aprendizagem similares, e assim trabalhar os conteúdos em conformidade com os grupos, tornando possível uma prática que atenda as necessidades individuais dos educandos.

A Educação Física, é uma prática social que se caracteriza como uma forma de intervenção pedagógica a partir e com diferentes práticas corporais de movimento BRACHT (2005). Trazendo a Cultura Corporal de Movimento como objeto de estudo e trabalho da Educação Física Escolar.

Dentro da Cultura Corporal de Movimento encontramos as ginásticas, as danças, os esportes, as lutas e os jogos, são esses os conteúdos trabalhados pela Educação Física Escolar, a fim de promover no educando a aprendizagem, a reflexão e a resignificação dos movimentos corporais construídos historicamente pela humanidade.

De acordo com Nista-Piccolo e Moreira, 2012, p.88:

Os conteúdos da Educação Física não devem ser oferecidos às crianças unicamente como um espaço de aceleração do desenvolvimento motor, mas, sim, como oportunidade de estimulação das suas habilidades motoras fundamentais. E, para isso, é preciso que o professor responsável por essa tarefa conceba o aluno com a própria construção histórica, considerando todas as experiências vividas por ele, dentro e fora da escola.

Ao proporcionar aos alunos, atividades corporais de movimento a partir dos conteúdos da Educação Física Escolar (dança, lutas, jogos, ginástica e esportes), também podemos desenvolver suas habilidades motoras, coordenação e destreza, colaborando assim com o desenvolvimento do domínio motor dos alunos autistas.

Pois, constatamos que os autistas podem apresentar algumas características físicas próprias relacionadas as especificidades motoras, como atraso no desenvolvimento motor,

difículdade com coordenação e falta de destreza, entendemos assim, que a prática de exercícios motores e atividades físicas colaboram para a melhoria do desenvolvimento motor, possibilitando a autonomia na realização de atividades diárias e consequentemente uma melhor qualidade de vida.

Sendo assim, de acordo com Almeida (2014), a coordenação motora ampla (grossa ou global) envolve os movimentos dos membros superiores (braços, ombro, pescoço e cabeça) e dos membros inferiores (pernas, pé, quadril, etc.) de maneira integrada ou dissociada, com equilíbrio e ritmo, que permitem a locomoção e realização de tarefas cotidianas.

E para desenvolver a coordenação motora ampla, podem ser praticadas atividades com diferentes materiais e em diferentes espaços. Segundo Almeida, 2014, pode-se fazer atividades com dobraduras gigantes, criar imagens de animais e pessoas com pedaços grandes de papel, montagem de quebra-cabeças, desenho do corpo humano em tamanho natural, pinturas no corpo com pincel, tinta e canetas, brincadeiras com fitas (girar, pular, correr e dobrar), entrar em caixa de papelão grande, pequenas, médias, passar por bambolê, corrida com obstáculos com diferentes graus de dificuldade, brincadeiras com malabares, danças e brincadeiras com bolas (passar a bola por diferentes partes do corpo, massagear o corpo com a bola, saltar, correr, andar, chutar).

Estes são alguns exemplos de atividades que podem ser desenvolvidas dentro dos conteúdos abordados pela Educação Física, a fim de colaborar com o desenvolvimento do autista, como fortalecimento do tônus muscular, ampliação de destreza e planejamento motor.

Com relação à saúde da pessoa com autismo, observamos que elas podem apresentar transtornos do sono: dificuldade para iniciar ou manter o sono, sonolência excessiva e interrupções durante o sono; e problemas de alimentação, como: alimentar-se rápido demais, seleção de alimentos, alergias, e alimentação por conta própria, podendo causar sobre peso, e obesidade; (WHITMAN, 2015).

Desta maneira, a prática de atividade física regular também pode colaborar com o equilíbrio da saúde da pessoa com autismo, favorecendo a manutenção do peso adequado ou diminuição do peso, estimulando a autoconfiança, reduzindo os riscos de doenças cardíacas, diabetes e hipertensão, e colaborando com melhoria de quadros de ansiedade e depressão.

Desde os primeiros estudos sobre o Autismo, vimos que as dificuldades com a comunicação e na interação social se fazem presentes, podendo criar restrições na vida da pessoa com autismo. Sendo assim, as práticas de atividades físicas coletivas e principalmente as brincadeiras são excelentes momentos para se oportunizar a interação, pois as atividades

lúdicas colaboram nos processos de comunicação, construção de pensamento e socialização, promovendo conhecimentos necessários para a atuação na vida cotidiana.

4. FORMAÇÃO E IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Uma das responsabilidades de cada professor é participar e modificar a vida humana, por meio de reflexões, e ações reflexivas, criando metodologias pedagógicas para o bem comum dos alunos. Os professores de pessoas com autismo precisam estar sempre em busca de metodologias inovadoras, diferenciadas, facilitadoras e eficazes para a colaborar com a melhoria da qualidade de vida do educando, pois cada aluno é diferente entre si e apresenta uma maneira de se envolver, aprender e evoluir.

É fundamental que cada professor, ou outro profissional, que atue com pessoas com autismo, ou outra síndrome, tenha conhecimento sobre a síndrome e suas características, buscando sempre atualização pelo assunto e desfazendo-se de todos os pré-conceitos limitadores estabelecidos anteriormente, pois o conhecimento sustenta o planejamento adequado e a elaboração de aulas que favoreçam a participação e o desenvolvimento do aluno.

De acordo com Gorla (2013), todos os envolvidos nas instituições de ensino com a inclusão de pessoas com deficiência, devem participar ativamente para a real inserção e interação entre seus diferentes integrantes: professores, alunos e demais funcionários.

No campo da Educação Física, nota-se que, historicamente, esta disciplina servia como auxílio para outras áreas de conhecimento e profissionais, apresentando uma busca por talentos esportivos, desenvolvimento de técnicas e excluindo as pessoas menos habilitadas. Segundo Gorla (2013), quando a Educação Física se depara com alunos deficientes, com síndromes ou transtornos incluídos no ensino regular, novos paradigmas são pensados, criando novos objetivos para o ensino dessa disciplina.

Por ser um momento em que os alunos passam a se movimentar e a interagir mais, a Educação Física se mostra como uma possibilidade de aproximação entre colegas com e colegas sem deficiência. Isso não depende apenas dos estudantes, mas também da atitude do professor perante a sala, do seu compromisso com a área e da estrutura disponível na escola para possibilitar a chegada do aluno aos espaços das aulas.(GORLA,, 2013, p.141)

As vivências propostas pela Educação Física têm por responsabilidade, orientar as crianças para as relações interpessoais e para o significado que o meio ambiente e as formas

de estruturação social têm na construção de uma vida com qualidade (NISTA-PICCOLO E MOREIRA, 2012). É importante que o professor tenha o compromisso de proporcionar atividades nas quais, o prazer, a curiosidade e o movimento sejam capazes de criar condições favoráveis de aprendizagem e, futuramente, transformar essas aprendizagens em atitudes de convivência e responsabilidade social.

Portanto, as aulas de Educação Física, assim como os outros momentos em que pessoas com autismo estão em convívio com os demais educandos, são espaços importantes não só para que ocorra a inclusão dentro da escola, mas para que ocorra uma inclusão responsável também em outras instituições e ambientes sociais, ao longo da história, construindo coletivamente ações de comprometimento social, garantindo a cidadania e fazendo valer os direitos humanos.

Na escola, a pessoa com autismo tem direito a ser acompanhada por um profissional de apoio escolar, pois de acordo com o artigo 3º da lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012 “em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado”. Sendo esse profissional reconhecido como a pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas. (BRASIL, 2015).

Deste modo, o aluno com autismo poderá, se houver necessidade, ser acompanhado por um profissional de apoio durante as aulas de Educação Física, colaborando na sua interação com grupo, viabilizando recursos necessários para a sua participação favorável e auxiliando no desenvolvimento das atividades propostas.

Ser professor e lidar com a inclusão de alunos, requer comprometimento, empatia, perseverança, conhecimento e acolhimento, compreendendo que incluir não é normatizar e sim respeitar e integrar as singularidades de cada indivíduo ao ambiente, promovendo momentos e ações que levem à reflexão e o desenvolvimento de habilidades e competências de todos os envolvidos, colaborando assim para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária capaz de proporcionar qualidade de vida a todos os seus cidadãos.

5. CONSIDERAÇÕES

O Transtorno do Espectro Autista ainda é um assunto que demanda muitos estudos, pois a ausência das causas, as dificuldades encontradas para a realização de diagnóstico e as diferentes manifestações do Transtorno, confundem e causam incertezas em profissionais que precisam atuar com as pessoas com autismo, pois cada indivíduo necessita de uma estratégia de mediação diferenciada, que priorize suas características, demandando assim, maior empenho do profissional atuante. Sendo assim, verificamos a contribuição dessa pesquisa para o campo, pois ela favorece a reflexão sobre o tema e apresenta orientações sobre a atuação profissional.

Ao elaborarmos essa pesquisa entendemos que as aulas de Educação Física no Ensino Regular, podem auxiliar na inclusão e no desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), desde que planejadas e aplicadas de acordo com perspectiva da Educação Inclusiva, que concebe a pessoa com autismo, ou outras síndromes e deficiências, como sendo sujeito de peculiaridades que precisam ser respeitadas e envolvidas no processo pedagógico, com estratégias coerentes com suas necessidades e interesses, buscando o desenvolvimento de suas habilidades e competências, e colaborando para a sua atuação autônoma na vida cotidiana e na sociedade.

Também consideramos que a atuação do professor que desempenhará seu papel na Educação Inclusiva é fundamental para a efetividade desta proposta, pois será ele quem mediará as relações entre educandos, propondo as experiências pedagógicas, proporcionando a aprendizagem dos conteúdos e colaborando para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária ao possibilitar a ação e a reflexão sobre a realidade em que estamos inseridos.

Ao observarmos o caminho percorrido pela Educação ao incluir a concepção inclusiva, é possível constatar as mudanças presentes também nas demais instituições e espaços sociais, pois os movimentos e discussões realizados em busca da integração de diferentes aspectos que facilitam o convívio e participação das pessoas deficientes, demonstram os interesses e as necessidades desse grupo.

Portanto, concluímos que a trajetória da Educação Inclusiva é profunda e desafiadora, e que muitos estudos ainda se fazem necessários para contribuir com o progresso do desse tema, pois a inclusão efetiva requer atualização de conhecimento constante, com práticas inovadoras e diversificadas para agregar qualidade aos processos de ensino aprendizagem educacionais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Geraldo Peçanha de. **Teoria e prática em psicomotricidade: jogos, atividades lúdicas, expressão corporal e brincadeiras infantis**. Rio de Janeiro: Wak, 2014.

ANDRADE, Maria. Pedagogia do Movimento. **Presença Pedagógica**. v.19, n.113, p. 52-59, set/out. 2013.

BRACHT, Valter. Cultura Corporal, Cultura de Movimento ou Cultura Corporal de Movimento? In: SOUZA JÚNIOR, M. **Educação Física Escolar: teoria e política curricular, saberes escolares e proposta pedagógica**. Recife: EDUPE, 2005. p. 97-106

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____, Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 de julho de 2015.

_____, Lei Nº12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 28 de dezembro de 2012.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial**. Curitiba: Ibpex, 2011.

GORLA, José Irineu. **Educação Física Adaptada: o passo a passo da avaliação**. São Paulo: Phorte, 2013.

NISTA-PICCOLO, Vilma Lení; MOREIRA, Wagner Way. **Corpo em movimento na Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

WAJNSZTEJN, Alessandra Caturani; et al. **Desenvolvimento cognitivo e aprendizagem escolar: o que o professor deve dominar para ensinar bem?** Curitiba: Melo, 2010.

WHITMAN, Thomas L. **O desenvolvimento do autismo.** São Paulo: M.Books, 2015.